

CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NO EMPODERAMENTO FEMININO PARA A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

CONTRIBUTIONS OF NURSES TO WOMEN'S EMPOWERMENT IN REDUCING OBSTETRIC VIOLENCE

CONTRIBUCIONES DE LAS ENFERMERAS AL EMPODERAMIENTO DE LAS MUJERES EN LA REDUCCIÓN DE LA VIOLENCIA OBSTÉTRICA

Ana Fagundes Carneiro¹

Ana Julia Machado da Costa²

Kessia Carlos da Silva Hosken³

Fernanda Cardoso Corrêa Póvoa⁴

Wanderson Alves Ribeiro⁵

Daiana Dias Lima⁶

RESUMO: A violência obstétrica representa grave problema de saúde pública, envolvendo práticas abusivas que comprometem a saúde física e emocional das mulheres. O empoderamento feminino destaca-se como estratégia fundamental para o fortalecimento da autonomia e a prevenção dessas situações. Nesse contexto, a enfermagem exerce papel essencial na promoção do cuidado humanizado, acolhimento, educação em saúde e defesa dos direitos reprodutivos durante o ciclo gravídico-puerperal. Objetivou-se analisar a atuação do enfermeiro no empoderamento feminino, identificando violências obstétricas e práticas promotoras do protagonismo gestacional humanizado. Trata-se de revisão bibliográfica que utilizou artigos publicados entre 2020 e 2025, pesquisados nas bases SciELO, LILACS e Google Acadêmico, abordando violência obstétrica, cuidado humanizado, empoderamento feminino e atuação do enfermeiro obstétrico. A violência obstétrica envolve agressões verbais, físicas, negligência e procedimentos realizados sem consentimento, causando impactos emocionais como ansiedade, depressão pós-parto e estresse traumático. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha papel fundamental na promoção do parto humanizado, oferecendo acolhimento, escuta ativa, apoio emocional e informações claras à gestante. Além disso, atua na defesa da autonomia feminina, no incentivo ao protagonismo da mulher e na prevenção de práticas abusivas, contribuindo para uma assistência ética, segura, respeitosa e centrada nas necessidades da parturiente durante o ciclo gravídico-puerperal. Conclui-se que a violência obstétrica permanece como um relevante problema de saúde pública, causando impactos físicos, emocionais e psicológicos às mulheres. A promoção do parto humanizado e a atuação da enfermagem, pautada no acolhimento, no respeito à autonomia e na defesa dos direitos, são essenciais para uma assistência segura, ética e humanizada.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Enfermeiro Obstétrico. Cuidado Humanizado. Empoderamento do Paciente.

¹Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

²Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

³Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

⁴Enfermeira, Mestre em Educação em Saúde pela Universidade Federal Fluminense. Docente na Graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

⁵Enfermeiro, Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Ciências do Cuidado em Saúde pela Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense (EEAAC/UFF). Docente do curso de Graduação em Enfermagem. Professor dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Enfermagem em Neonatologia e Pediatria, Enfermagem em Obstetrícia, Enfermagem em Emergência e Terapia Intensiva, Fisioterapia em Terapia Intensiva e Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Vigilância em Saúde da Universidade Iguaçu (UNIG).

⁶Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2014), na área de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente. Especialista em Enfermagem Obstétrica pela Universidade Estácio de Sá. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2011). Coordenadora e orientadora da Liga Acadêmica de Enfermagem em Ginecologia e Obstetrícia (LAEGO) e docente convidada em cursos de pós-graduação em Enfermagem Obstétrica.

ABSTRACT: Obstetric violence represents a serious public health problem, involving abusive practices that compromise the physical and emotional health of women. Women's empowerment stands out as a fundamental strategy for strengthening autonomy and preventing these situations. In this context, nursing plays an essential role in promoting humanized care, welcoming, health education, and defending reproductive rights during the pregnancy-puerperium cycle. This study aims to analyze the role of nurses in women's empowerment, identifying obstetric violence and practices that promote humanized gestational protagonism. The literature review used articles published between 2020 and 2025, searched in the SciELO, LILACS, and Google Scholar databases, addressing obstetric violence, humanized care, women's empowerment, and the role of the obstetric nurse. Obstetric violence involves verbal and physical aggression, negligence, and procedures performed without consent, causing emotional impacts such as anxiety, postpartum depression, and traumatic stress. In this context, the nurse plays a fundamental role in promoting humanized childbirth, offering support, active listening, emotional support, and clear information to the pregnant woman. Furthermore, they work to defend female autonomy, encourage women's empowerment, and prevent abusive practices, contributing to ethical, safe, respectful care centered on the needs of the parturient throughout the pregnancy and postpartum period. It is concluded that obstetric violence remains a significant public health problem, causing physical, emotional, and psychological impacts on women. Promoting humanized childbirth and the role of nursing professionals, guided by welcoming attitudes, respect for autonomy, and the defense of rights, are essential for safe, ethical, and humane care.

Keywords: Obstetric Violence. Obstetric Nurse. Humanized Care. Patient Empowerment.

RESUMEN: La violencia obstétrica representa un grave problema de salud pública, que implica prácticas abusivas que comprometen la salud física y emocional de las mujeres. El empoderamiento de las mujeres se destaca como una estrategia fundamental para fortalecer la autonomía y prevenir estas situaciones. En este contexto, la enfermería desempeña un papel esencial en la promoción de la atención humanizada, la acogida, la educación para la salud y la defensa de los derechos reproductivos durante el ciclo embarazo-puerperio. Este estudio tiene como objetivo analizar el rol de las enfermeras en el empoderamiento de las mujeres, identificando la violencia obstétrica y las prácticas que promueven el protagonismo gestacional humanizado. La revisión bibliográfica utilizó artículos publicados entre 2020 y 2025, buscados en las bases de datos SciELO, LILACS y Google Scholar, que abordan la violencia obstétrica, la atención humanizada, el empoderamiento de las mujeres y el rol de la enfermera obstétrica. La violencia obstétrica implica agresión verbal y física, negligencia y procedimientos realizados sin consentimiento, causando impactos emocionales como ansiedad, depresión posparto y estrés postraumático. En este contexto, la enfermera desempeña un papel fundamental en la promoción de un parto humanizado, ofreciendo apoyo, escucha activa, acompañamiento emocional e información clara a la mujer embarazada. Además, trabaja para defender la autonomía femenina, fomentar el empoderamiento de las mujeres y prevenir prácticas abusivas, contribuyendo a una atención ética, segura y respetuosa centrada en las necesidades de la parturienta durante todo el embarazo y el posparto. Se concluye que la violencia obstétrica sigue siendo un problema de salud pública significativo, con repercusiones físicas, emocionales y psicológicas en las mujeres. Promover un parto humanizado y el papel de los profesionales de enfermería, guiados por una actitud acogedora, el respeto a la autonomía y la defensa de los derechos, son esenciales para una atención segura, ética y humana.

Palabras clave: Violencia Obstétrica. Enfermera Obstétrica. Atención Humanizada. Empoderamiento del Paciente.

1 INTRODUÇÃO

A violência obstétrica tem se tornado tema central nas discussões sobre direitos humanos e qualidade da assistência à saúde da mulher, sobretudo no contexto do parto e

nascimento. Trata-se de um fenômeno complexo, que envolve práticas abusivas, desrespeitosas e, muitas vezes, invisibilizadas dentro das instituições de saúde (Batista; Pires; Rodrigues, 2024).

Tais condutas impactam diretamente a integridade física, emocional e psicológica das gestantes, parturientes e puérperas, configurando um sério problema de saúde pública. Estudos indicam que uma proporção significativa de mulheres vivencia algum tipo de violência durante o parto, demonstrando a persistência desse problema no cenário obstétrico. Pesquisas de base populacional apontam que a prevalência da violência obstétrica varia entre 18,3% e 44,3% entre mulheres que passaram por parto ou aborto (Ismael *et al.*, 2020).

Entre as intervenções sem consentimento, dados de um inquérito nacional realizado em 2011/2012 revelam que 56,6% dos nascimentos no Brasil ocorreram por cesariana, chegando a 90% na rede privada. Entre mulheres em trabalho de parto, 36,4% receberam ocitocina para indução ou aceleração, enquanto 39,1% sofreram amniotomia. Já nos partos vaginais, 36,1% relataram a utilização da manobra de Kristeller e 53,5% passaram por episiotomia (Leite *et al.*, 2024).

Determinados grupos apresentam maior vulnerabilidade à violência obstétrica. Mulheres adolescentes ou com mais de 35 anos, negras, com baixa escolaridade, usuárias do SUS e aquelas que passaram por parto vaginal ou aborto estão mais propensas a vivenciar práticas abusivas. Essa realidade evidencia desigualdades sociais e institucionais que precisam ser enfrentadas, reforçando a necessidade de políticas públicas, protocolos de cuidado humanizado e capacitação de profissionais de saúde para reconhecer e prevenir tais situações (Martins *et al.*, 2023).

Historicamente, modelos biomédicos centrados na intervenção e na hierarquização profissional naturalizaram práticas intervencionistas, frequentemente desconsiderando a autonomia feminina. Essa cultura institucional contribui para a perpetuação da violência obstétrica, muitas vezes dificultando que os profissionais de saúde reconheçam comportamentos abusivos. Além disso, a ausência de formação específica em direitos reprodutivos, comunicação empática e cuidado humanizado limita a atuação ética dos profissionais. Esse cenário reforça a necessidade de uma mudança profunda na abordagem assistencial e na cultura das instituições (Cardoso *et al.*, 2023).

As consequências da violência obstétrica são múltiplas e se manifestam em diferentes dimensões. A curto prazo, podem comprometer a saúde física e psicológica da mulher, bem como o bem-estar do recém-nascido. A longo prazo, os efeitos incluem traumas emocionais e desconfiança no sistema de saúde, prejudicando futuras gestações. Adicionalmente, há impactos

sociais e econômicos, como aumento de custos decorrentes de complicações evitáveis e necessidade de atendimentos psicológicos (Veiga; Prucoli, 2021).

Diversas organizações, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde do Brasil, reconhecem a necessidade de repensar os modelos de cuidado obstétrico. Políticas como a Rede Cegonha e a Lei do Parto Humanizado buscam promover assistência segura, ética e centrada na mulher. Esses instrumentos legais e institucionais orientam os profissionais de saúde e fornecem parâmetros para práticas humanizadas ao longo do ciclo gravídico-puerperal (Soares *et al.*, 2021).

O empoderamento da mulher emerge como estratégia central para enfrentar a violência obstétrica, fortalecendo sua autonomia e protagonismo. Informar a gestante sobre seus direitos, procedimentos e possibilidades de escolha permite que ela participe ativamente das decisões sobre seu corpo e seu parto. Essa abordagem contribui para reduzir situações de abuso e promove uma experiência mais segura e digna (Paula *et al.*, 2024).

Nesse cenário, o enfermeiro desempenha papel estratégico, atuando diretamente na promoção do empoderamento feminino. A proximidade com a gestante durante a gestação, parto e pós-parto possibilita a construção de um vínculo de confiança e acolhimento. Além disso, o enfermeiro pode fornecer informações claras, apoiar emocionalmente a mulher e mediar a comunicação com a equipe de saúde (Morais; Bimbato, 2022).

4

A formação técnica, científica e ética da enfermagem oferece ferramentas essenciais para identificar práticas abusivas e garantir cuidado centrado na mulher. Ao priorizar a humanização do parto e defender os direitos reprodutivos, os profissionais contribuem para ambientes seguros e respeitosos. A atuação do enfermeiro também envolve sensibilizar a equipe de saúde, implementar protocolos humanizados e promover educação em saúde para gestantes (Lins *et al.*, 2024).

Apesar dos avanços nas políticas públicas de saúde e nas diretrizes voltadas à humanização do parto e nascimento, a necessidade de fortalecer o empoderamento feminino ainda se mostra urgente para enfrentar a violência obstétrica, que persiste em diversas instituições de saúde, públicas e privadas. Essa violência pode se manifestar de forma física, verbal, psicológica e institucional, estando frequentemente associada a práticas autoritárias, intervenções desnecessárias e ao desrespeito aos direitos e à autonomia da mulher (Morais; Bimbato, 2022).

A insuficiência de iniciativas que promovam a autonomia das gestantes, combinada a uma cultura institucional historicamente marcada por práticas intervencionistas e pela

hierarquização profissional, contribui para a perpetuação desse problema. Muitas mulheres ainda não recebem informações adequadas sobre seus direitos, métodos de parto e possibilidades de escolha, o que fragiliza sua posição diante de decisões importantes e aumenta a vulnerabilidade a situações de abuso (Paula *et al.*, 2021).

Além disso, o medo de questionar condutas médicas, a falta de apoio institucional e a ausência de espaços de escuta qualificada dificultam que as gestantes expressem suas preferências e denunciem práticas violentas. Essa realidade contribui para a revitimização das pacientes e compromete profundamente a experiência do parto e do pós-parto (Santos *et al.*, 2024).

Outro fator preocupante é a baixa notificação dos casos de violência obstétrica, que impede a produção de dados confiáveis e o desenvolvimento de políticas mais eficazes. A ausência de registros formais limita a visibilidade do problema e dificulta a implementação de ações preventivas e corretivas (Ismael *et al.*, 2020).

Diante desse cenário, promover o empoderamento da mulher, por meio de acesso à informação, apoio emocional e participação ativa nas decisões sobre o próprio corpo, é fundamental para transformar a assistência obstétrica. Profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, desempenham papel estratégico nesse processo, oferecendo orientação clara, acolhimento e suporte para garantir um cuidado respeitoso, humanizado e livre de violência (Mesquita *et al.*, 2024).

A escolha por abordar o empoderamento da mulher na redução da violência obstétrica justifica-se pela crescente necessidade de fortalecer a autonomia feminina e assegurar o respeito aos direitos reprodutivos e humanos durante o ciclo gravídico-puerperal. A violência obstétrica, além de representar uma grave violação desses direitos, compromete a experiência do parto e o bem-estar materno-infantil, impactando negativamente os indicadores de saúde e contribuindo para índices elevados de morbimortalidade (Nascimento; Souza, 2022).

Estudar o empoderamento feminino como estratégia de enfrentamento à violência obstétrica é de extrema relevância social, científica e ética, pois promove a valorização do protagonismo da mulher e o fortalecimento de práticas humanizadas de cuidado. Essa abordagem destaca, ainda, a importância da disseminação de informações claras às gestantes, do incentivo à participação ativa nas decisões sobre o parto e da implementação de políticas institucionais que priorizem o respeito, a escuta qualificada e o acolhimento (Batista; Pires; Rodrigues, 2024).

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a contribuição do enfermeiro para o empoderamento da mulher, compreendendo essa atuação como uma estratégia fundamental na prevenção da violência obstétrica. Nesse contexto, busca-se, de forma específica, identificar as principais manifestações de violência obstétrica, bem como compreender seus impactos na saúde emocional e psicológica das mulheres. Além disso, pretende-se analisar as ações e práticas desenvolvidas pelo enfermeiro que possam favorecer o empoderamento feminino, promovendo o protagonismo da gestante durante o processo de parto.

Diante disso, o estudo é orientado pelas seguintes questões norteadoras: quais são as principais formas de violência obstétrica e de que maneira elas afetam a saúde emocional e psicológica da mulher? E ainda, como as ações e práticas do enfermeiro podem contribuir para o fortalecimento do empoderamento feminino e para a valorização do protagonismo da gestante no momento do parto?

2 MÉTODOS

A presente pesquisa caracterizou-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, desenvolvida com o objetivo de reunir e analisar evidências científicas sobre o papel do enfermeiro no empoderamento da mulher e na redução da violência obstétrica. A busca foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico, BVS e SciELO, utilizando os descritores “violência obstétrica”, “enfermeiro obstétrico”, “cuidado humanizado” e “empoderamento do paciente”. Foram incluídas publicações em língua portuguesa, entre os anos de 2020 e 2025, abrangendo artigos e revisões. Inicialmente, foram identificados 1.290 estudos; após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e a análise de títulos, resumos e textos completos, a amostra final foi composta por 20 artigos.

Os critérios de inclusão priorizaram publicações que abordavam diretamente a atuação do enfermeiro obstétrico no contexto da violência obstétrica e na promoção do cuidado humanizado, com foco no empoderamento da gestante ao longo do ciclo gravídico-puerperal. Por outro lado, foram excluídos estudos que tratavam de temas correlatos, mas que não contemplam especificamente a relação entre a atuação do enfermeiro e a prevenção da violência obstétrica. A seleção dos materiais foi realizada por meio da análise de títulos, resumos e, quando necessário, do texto completo, garantindo relevância e qualidade das fontes utilizadas.

A análise dos dados extraídos dos estudos selecionados foi realizada por meio de leitura crítica e comparativa, buscando identificar convergências e divergências entre as abordagens

propostas. Essa etapa permitiu organizar as informações em categorias temáticas, que orientaram o desenvolvimento do artigo, especialmente no que se referiu às formas de violência obstétrica, ao papel do enfermeiro na promoção do empoderamento feminino e à importância do cuidado humanizado como estratégia de prevenção.

Do total inicial de 1.290 estudos identificados nas bases de dados consultadas, foram excluídos os artigos duplicados e aqueles que não atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos, restando a amostra final de 20 artigos, selecionados após a leitura de títulos, resumos e textos completos.

Por fim, a revisão bibliográfica proporcionou uma compreensão aprofundada do papel do enfermeiro no fortalecimento da autonomia da mulher, na promoção de práticas humanizadas e no enfrentamento da violência obstétrica, oferecendo subsídios teóricos e práticos para aprimorar a atuação dos profissionais de saúde e a qualidade do atendimento às gestantes.

Os estudos selecionados foram organizados em um quadro síntese contendo autores, título, periódico, tipo de estudo, objetivos e principais resultados, o que facilita a compreensão do leitor e permite identificar de forma clara as evidências relacionadas às desigualdades sociais, ao acesso aos serviços de saúde, à avaliação em saúde e aos impactos dessas iniquidades nos desfechos e na equidade do cuidado.

Quadro 1 – Artigos encontrados para a discussão

Título do Artigo / Autores / Ano / Periódico	Método	Principais Resultados e Conclusões
Autonomia e puerpério: a importância do empoderamento feminino no período pós-gestacional. Vieira et al., 2025. Brazilian Journal of One Health.	Revisão Integrativa	Garantir a autonomia das mulheres durante a gestação e o puerpério é passo decisivo para a construção de um cuidado mais humanizado, ético e centrado na paciente.
Atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica. Batista; Pires; Rodrigues, 2024. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem.	Revisão Bibliográfica	O enfermeiro obstetra é central na promoção do parto humanizado, respeitando o protagonismo, as escolhas e o bem-estar físico e emocional da mulher.
Epidemiologia da violência obstétrica: uma revisão narrativa do contexto brasileiro. Leite et al., 2024. Ciência & Saúde Coletiva.	Revisão Narrativa	Os termos “violência obstétrica”, “maus-tratos” e “desrespeitos e abusos” são majoritários, porém sem padronização conceitual consolidada no Brasil.
A importância do pré-natal na prevenção da violência obstétrica. Lins et al., 2024. Diálogos em Saúde.	Revisão da Literatura	Ações educativas no pré-natal permitem à gestante conhecer seus direitos e tomar decisões informadas, reduzindo intervenções desnecessárias no parto.
O papel da enfermagem na prevenção da violência obstétrica. Mesquita et al., 2024. Nursing Edição Brasileira.	Revisão de Literatura	A atuação do enfermeiro obstetra é primordial em todos os momentos do atendimento, mas ainda há lacunas que dificultam a redução dos índices de abusos.

Título do Artigo / Autores / Ano / Periódico	Método	Principais Resultados e Conclusões
A percepção do enfermeiro frente à prevenção e aos impactos referentes à violência obstétrica. Santos et al., 2024. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences.	Revisão de Literatura	A capacitação técnica, ética e emocional dos enfermeiros é essencial para um modelo de assistência centrado na mulher, pautado no respeito e na autonomia.
Conhecimentos dos enfermeiros sobre a violência obstétrica: uma revisão integrativa. Silva; Dullius, 2024. Revista JRG de Estudos Acadêmicos.	Revisão Integrativa	Destaca-se a necessidade de educação continuada e mudanças institucionais e culturais para um ambiente de cuidado mais seguro.
Ações de enfermagem na prevenção e enfrentamento da violência obstétrica: revisão sistemática da literatura. Silva; Santos; Santos, 2024. Revista JRG de Estudos Acadêmicos.	Revisão Sistemática	Educação em saúde, apoio emocional, identificação e prevenção de práticas abusivas, e engajamento em causas de justiça social são aspectos cruciais.
Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica. Cardoso et al., 2023. Revista JRG de Estudos Acadêmicos.	Revisão Integrativa	Identificou-se práticas de enfermagem indispensáveis para combater e prevenir a violência obstétrica no cuidado à mulher.
Atuação da enfermagem diante da violência obstétrica. Martins et al., 2023. Revista Eletrônica Acervo Saúde.	Revisão Integrativa	A amostra evidenciou altas taxas de violência obstétrica; a enfermagem deve atuar na prevenção, preparando a equipe e ampliando o conhecimento sobre o tema.
Plano de parto como ferramenta de humanização e empoderamento. Magalhães, 2022. Revista ComCiência.	Estudo de Revisão	A construção do plano de parto é eficaz para garantir preferências, diminuir o risco de violência obstétrica e tornar o parto mais humano.
A atuação e importância da enfermagem obstétrica na promoção do atendimento humanizado. Moraes; Bimbato, 2022. Revista Saúde.com.	Pesquisa Descritiva	O enfermeiro obstetra está apto a atuar em todo o ciclo gravídico-puerperal, humanizando o cuidado e reduzindo cesarianas desnecessárias.
A assistência do enfermeiro à parturiente no contexto hospitalar: um olhar sobre a violência obstétrica. Nascimento; Souza, 2022. REVISA.	Revisão Bibliográfica	Há necessidade de leis rigorosas contra a violência obstétrica, mais pesquisas, orientação às gestantes e fiscalização das instituições de saúde.
Empoderamento da gestante contra a violência obstétrica. Souza et al., 2022. Research, Society and Development.	Revisão Integrativa	Estratégias educativas no pré-natal promovem o empoderamento das gestantes, desenvolvendo autonomia e prevenindo a violência obstétrica.
Assistência de enfermagem no parto humanizado em tempos de pandemia: do enfrentamento da violência obstétrica ao empoderamento da gestante. Veiga; Prucoli, 2021. Acta Scientia Academicus.	Revisão Bibliográfica	Situações abusivas incluem falta de informação e privação de direitos de acompanhantes, violando a Lei do Acompanhante (Lei 11.108/2005).
A prática da violência obstétrica e o papel do enfermeiro no empoderamento da mulher. Marinho et al., 2021. Multidebates.	Revisão Narrativa	O enfermeiro é fator de proteção contra a violência obstétrica e ocupa posição de destaque para o empoderamento da mulher.
Violência obstétrica e o atual modelo obstétrico, na percepção dos gestores em saúde. Paula et al., 2021. Texto & Contexto-Enfermagem.	Estudo Descritivo	Aponta não acolhimento, tecnocracia do parto e despreparo profissional; cabe aos gestores promover a formação em saúde para a humanização.
O plano de parto como ferramenta para o empoderamento feminino. Soares et al., 2021. Journal of Multiprofessional Health Research.	Revisão de Literatura	O plano de parto previne procedimentos contra a vontade da mulher e constitui prova legal de eventual falta de consentimento.

Título do Artigo / Autores / Ano / Periódico	Método	Principais Resultados e Conclusões
Assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. Ismael et al., 2020. Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde – ReBIS.	Revisão Bibliográfica	A humanização do parto depende da prática ética, empática e técnica do enfermeiro, garantindo atendimento digno e sem abusos.
Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos. Silva et al., 2020. Acta Paulista de Enfermagem.	Estudo Descritivo	Reforça a importância da formação do enfermeiro para um cuidado integral que reduza a violência obstétrica no processo fisiológico do parto.

Fonte: Os autores, 2025.

A partir da síntese apresentada no Quadro 1, observa-se predomínio de revisões integrativas e bibliográficas publicadas entre 2020 e 2025, evidenciando o crescente interesse acadêmico pela temática da violência obstétrica e do empoderamento feminino como estratégia de enfrentamento. Os estudos selecionados subsidiaram a organização das categorias temáticas discutidas na seção seguinte, relacionadas às formas de violência obstétrica, seus impactos na saúde da mulher e o papel do enfermeiro na promoção do parto humanizado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Principais Formas de Violência Obstétrica e seus Impactos na Saúde Emocional e Psicológica da Mulher

9

A violência obstétrica configura-se por práticas abusivas e desrespeitosas que ocorrem durante o atendimento à mulher no parto, violando seus direitos fundamentais e a dignidade humana. Entre as formas mais frequentes estão a agressão verbal, a violência física, a negligência e intervenções médicas desnecessárias ou realizadas sem consentimento. Essas ações causam danos físicos e afetam profundamente a saúde emocional da mulher, prejudicando sua experiência do parto e sua recuperação (Martins *et al.*, 2023).

Nesse contexto, a agressão verbal constitui uma das manifestações mais comuns da violência obstétrica. Envolve gritos, humilhações, comentários pejorativos e ameaças feitas por profissionais de saúde que, muitas vezes, se mostram impacientes ou insensíveis diante da dor e das dúvidas da parturiente. Esse tipo de conduta cria um ambiente hostil, causando medo e ansiedade, e muitas mulheres relatam que essas experiências deixam marcas profundas na saúde mental, como estresse pós-traumático e depressão pós-parto (Zanchetta *et al.*, 2021).

Além da agressão verbal, outro aspecto grave da violência obstétrica é a violência física, que pode incluir desde o uso excessivo de força para realizar procedimentos até o emprego de técnicas invasivas sem a devida indicação ou consentimento. Procedimentos como imobilização

forçada e episiotomias sem indicação são exemplos dessa violência, que causa danos físicos e gera sensação de impotência e sofrimento emocional na mulher (Santos *et al.*, 2024).

Ademais, a violência obstétrica também se manifesta por meio de intervenções médicas inadequadas, como a realização de cesarianas desnecessárias, uso indiscriminado de ocitocina para acelerar o parto ou a realização de toques vaginais repetitivos e invasivos. Muitas vezes, esses procedimentos são feitos sem o consentimento esclarecido da mulher, o que configura uma grave violação da autonomia e dos direitos reprodutivos (Cardoso *et al.*, 2023).

Outro ponto importante é a negligência no atendimento à mulher durante o parto, que também caracteriza uma forma significativa de violência obstétrica. A ausência de acolhimento, a falta de escuta ativa e a desatenção às necessidades da gestante contribuem para que ela se sinta invisível e desamparada em um momento tão delicado. Adicionalmente, o descaso da equipe, a demora na resposta aos sinais da mulher ou a falta de informações claras podem intensificar o sofrimento e a ansiedade, prejudicando o bem-estar emocional (Silva; Dullius, 2024).

Os impactos da violência obstétrica na saúde emocional e psicológica da mulher são amplos e profundos. Frequentemente, a experiência traumática do parto resulta no desenvolvimento de transtornos como depressão pós-parto, ansiedade generalizada e transtorno de estresse pós-traumático. Esses quadros interferem no funcionamento diário da mulher, afetando sua qualidade de vida e seu relacionamento com o recém-nascido, além de requererem acompanhamento especializado (Batista; Pires; Rodrigues, 2024).

Além dos efeitos individuais, a violência obstétrica compromete a confiança da mulher no sistema de saúde e nos profissionais que a atendem. Consequentemente, esse rompimento da confiança pode levar ao afastamento dos serviços de saúde, prejudicando o acompanhamento pré-natal e o acesso a cuidados posteriores ao parto. A revitimização e o medo em gestações futuras dificultam o engajamento da mulher com a saúde materno-infantil, representando um desafio para a saúde pública e a redução das desigualdades obstétricas (Silva; Santos; Santos, 2024).

Diante disso, a prevenção e o enfrentamento da violência obstétrica exigem uma abordagem que envolva toda a equipe multiprofissional, com destaque para o papel dos enfermeiros. Esses profissionais, por estarem diretamente envolvidos no cuidado à gestante, possuem a oportunidade de identificar práticas abusivas e promover o respeito, a escuta ativa e o acolhimento. Portanto, a capacitação contínua, o incentivo a práticas baseadas em evidências e a humanização do atendimento são essenciais para transformar a cultura institucional e

garantir que o parto seja uma experiência segura e digna para todas as mulheres (Paula *et al.*, 2021).

3.2 O Papel do Enfermeiro na Promoção do Parto Humanizado como Estratégia para Prevenir e Minimizar a Violência Obstétrica

O parto humanizado é um modelo de assistência que valoriza a dignidade, a autonomia e o protagonismo da mulher durante a gestação, o parto e o pós-parto, oferecendo um cuidado integral e respeitoso. Nesse cenário, o enfermeiro assume papel central, presente em diversas etapas do processo, atuando como elo entre gestante e equipe multiprofissional. Com empatia, escuta ativa e suporte contínuo, contribui para que a mulher se sinta acolhida e segura, reduzindo o risco de experiências traumáticas e da violência obstétrica (Silva *et al.*, 2020).

Além do aspecto relacional, o enfermeiro é responsável por implementar práticas que promovam o conforto físico e emocional da gestante, o que inclui o uso de técnicas de relaxamento, movimentação adequada durante o trabalho de parto e estratégias não farmacológicas para o alívio da dor. Essas intervenções são fundamentais para reduzir a necessidade de procedimentos invasivos, muitas vezes desnecessários e que podem configurar violência obstétrica, como cesarianas e episiotomias sem indicação clínica (Ismael *et al.*, 2020).

A comunicação clara e transparente é outra ferramenta poderosa no arsenal do enfermeiro para promover o parto humanizado e prevenir a violência obstétrica. Garantir que a gestante compreenda cada etapa do processo, os procedimentos realizados e as alternativas disponíveis fortalece seu direito à informação e ao consentimento livre e esclarecido. O respeito à autonomia da mulher é um princípio ético e legal que deve guiar toda a assistência, evitando práticas coercitivas ou decisões unilaterais por parte dos profissionais (Marinho *et al.*, 2021).

Outro aspecto essencial é o estímulo à presença de acompanhantes escolhidos pela mulher durante o trabalho de parto. O enfermeiro desempenha um papel importante ao incentivar e apoiar a presença de acompanhantes durante o parto, reconhecida internacionalmente como um direito da mulher. Esse suporte emocional e físico ajuda a reduzir o medo e a ansiedade da gestante, fatores que podem dificultar o andamento do parto (Lins *et al.*, 2024).

Além da assistência direta, o enfermeiro é um importante agente educativo durante o pré-natal, momento em que pode preparar a gestante para o parto, informando-a sobre seus direitos, os tipos de parto, os procedimentos possíveis e as opções de cuidado disponíveis. Essa educação em saúde é crucial para que a mulher se torne protagonista de sua experiência,

reduzindo a vulnerabilidade a práticas abusivas e fortalecendo sua capacidade de tomar decisões informadas (Martins *et al.*, 2023).

No âmbito institucional, o enfermeiro pode atuar na defesa e implementação de políticas e protocolos que priorizem o parto humanizado. Sua participação em comissões, grupos de trabalho e processos de revisão de práticas assistenciais é fundamental para promover mudanças culturais e organizacionais que combatam a violência obstétrica. A capacitação contínua da equipe e a disseminação de boas práticas são estratégias importantes para transformar a cultura institucional, criando um ambiente que valorize o respeito, a ética e a dignidade da mulher durante o parto (Santos *et al.*, 2024).

Para desempenhar esse papel, o enfermeiro deve desenvolver competências técnicas e interpessoais, incluindo sensibilidade ética, empatia e comunicação assertiva. A construção de vínculos de confiança com a gestante exige atenção às suas necessidades individuais e o reconhecimento da mulher como sujeito ativo do cuidado. Além disso, o profissional precisa estar preparado para mediar conflitos e garantir que as decisões sejam tomadas de forma compartilhada entre a mulher e a equipe multiprofissional, sempre respeitando sua autonomia (Zanchetta *et al.*, 2021).

Um desafio significativo para o enfermeiro é a resistência a mudanças em ambientes onde predominam modelos biomédicos tradicionais, que priorizam intervenções técnicas em detrimento do cuidado integral e humanizado. Promover o parto humanizado implica questionar práticas arraigadas e defender a centralidade da mulher no processo, o que pode gerar conflitos institucionais (Mesquita *et al.*, 2024).

Por fim, o papel do enfermeiro na promoção do parto humanizado reafirma a importância da enfermagem como protagonista na construção de um sistema de saúde mais justo, ético e centrado na mulher. Através do acolhimento, da informação, do apoio emocional e da defesa dos direitos da gestante, o enfermeiro contribui para prevenir e minimizar a violência obstétrica, garantindo que o nascimento seja uma experiência segura, respeitosa e positiva para todas as mulheres e suas famílias (Nascimento; Souza, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a violência obstétrica permanece como um importante problema de saúde pública, caracterizado por práticas que violam os direitos, a autonomia e a dignidade das mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal. Os resultados evidenciaram que manifestações

como agressões verbais, negligência assistencial, intervenções desnecessárias e procedimentos realizados sem consentimento podem gerar impactos significativos na saúde emocional e psicológica das mulheres.

A análise da literatura demonstrou que a promoção do parto humanizado constitui uma das principais estratégias para prevenção e enfrentamento da violência obstétrica. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha papel fundamental ao oferecer acolhimento, escuta qualificada, apoio emocional e informações que permitam à mulher participar ativamente das decisões relacionadas ao seu cuidado. A valorização da autonomia, do consentimento informado e do protagonismo feminino contribui para construção de uma assistência mais segura, ética e respeitosa.

Diante desse cenário, torna-se necessária a adoção de medidas que fortaleçam a humanização da assistência obstétrica, incluindo capacitação permanente dos profissionais, implementação de protocolos baseados em evidências e incentivo a práticas centradas nas necessidades da mulher. A atuação da enfermagem destaca-se como elemento essencial nesse processo, promovendo cuidado integral e defesa dos direitos das gestantes e parturientes. Dessa forma, é possível avançar na construção de uma assistência obstétrica mais humanizada, livre de violências e comprometida com a qualidade do cuidado materno-infantil.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, I. M.; PIRES, T. A.; RODRIGUES, M. D. Atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*, v. 24, p. e13634, 2024.
- CARDOSO, I. P. *et al.* Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 1507-1525, 2023.
- ISMAEL, F. M. *et al.* Assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde – ReBIS*, v. 2, n. 2, 2020.
- LEITE, T. H. *et al.* Epidemiologia da violência obstétrica: uma revisão narrativa do contexto brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, p. e12222023, 2024.
- LINS, F. D. N. *et al.* A importância do pré-natal na prevenção da violência obstétrica. *Diálogos em Saúde*, v. 7, n. 1, 2024.
- MAGALHÃES, G. P. Plano de parto como ferramenta de humanização e empoderamento. *Revista ComCiência*, v. 7, n. 9, p. 149-153, 2022.
- MARINHO, A. M. P. *et al.* A prática da violência obstétrica e o papel do enfermeiro no empoderamento da mulher. *Multidebates*, v. 5, n. 2, p. 26-37, 2021.

MARTINS, I. M. *et al.* Atuação da enfermagem diante da violência obstétrica. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 8, p. e13581, 2023.

MESQUITA, E. P. *et al.* Parto humanizado: o papel da enfermagem na prevenção da violência obstétrica. *Nursing Edição Brasileira*, v. 28, n. 315, p. 9411-9415, 2024.

MORAIS, T. C.; BIMBATO, A. M. J. A atuação e importância da enfermagem obstétrica na promoção do atendimento humanizado. *Revista Saúde.com*, v. 18, n. 2, 2022.

NASCIMENTO, R. C.; SOUZA, A. C. F. A assistência do enfermeiro à parturiente no contexto hospitalar: um olhar sobre a violência obstétrica. *REVISA*, v. 11, n. 2, p. 149-162, 2022.

PAULA, E. *et al.* Violência obstétrica e o atual modelo obstétrico, na percepção dos gestores em saúde. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 29, p. e20190248, 2021.

SANTOS, J. H. V. *et al.* A percepção do enfermeiro frente a prevenção e aos impactos referentes a violência obstétrica. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 4, p. 2531-2551, 2024.

SILVA, J. S.; DULLIUS, W. R. Conhecimentos dos enfermeiros sobre a violência obstétrica: uma revisão integrativa. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 15, p. e151358, 2024.

SILVA, R. T. A.; SANTOS, T. L.; SANTOS, T. S. Ações de enfermagem na prevenção e enfrentamento da violência obstétrica: revisão sistemática da literatura. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151299, 2024.

SILVA, T. M. *et al.* Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 33, p. eAPE20190146, 2020.

SOARES, R. M. *et al.* O plano de parto como ferramenta para o empoderamento feminino. *Journal of Multiprofessional Health Research*, v. 2, n. 3, p. e03.154-e03.165, 2021.

SOUZA, T. P. *et al.* Empoderamento da gestante contra a violência obstétrica. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 6, p. e27611629100, 2022.

VEIGA, P. M.; PRUCOLI, M. B. O. Assistência de enfermagem no parto humanizado em tempos de pandemia: do enfrentamento da violência obstétrica ao empoderamento da gestante. *Acta Scientia Academicus*, v. 6, n. 4, 2021.

VIEIRA, H. H. M. *et al.* Autonomia e puerpério: a importância do empoderamento feminino no período pós-gestacional. *Brazilian Journal of One Health*, v. 2, n. 2, p. 665-670, 2025.